



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**CONFLITOS DE TERRA E IGREJA:
a Educação no Médio Araguaia-MT**

**Williane Barreto Moreira²⁵⁰
Ivete Maria Baraldi²⁵¹**

RESUMO

O presente artigo é recorte de uma pesquisa de mestrado realizada no âmbito da Educação Matemática, que teve por finalidade elaborar uma compreensão sobre a formação de professores leigos no Médio Araguaia – MT. Em meio a projetos para a melhoria da educação na região, havia violentos conflitos envolvendo brigas por terras entre os posseiros e fazendeiros em municípios que foram cenário para nossa pesquisa, no nordeste mato-grossense. A Prelazia representada, à época, pelo Bispo Pedro Casaldáliga defendia os menos favorecidos, nesse caso os colonos, posseiros e índios. Escolas eram fechadas sem ter como alfabetizar as crianças dessas comunidades. A Igreja serviu de apoio a essas pessoas cedendo local físico ou, às vezes, construindo escolas com recursos próprios para que mudasse a realidade das famílias. Os professores em sua maioria eram leigos e poucos deles tinham a oitava série. Teceremos algumas considerações a cerca de alguns projetos que foram importantes para a formação dos professores, portanto, daquela região.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação no Médio Araguaia. Interferências Externas na Educação.

²⁵⁰ Mestranda da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Campus Rio Claro. E-mail: wbm_nana@hotmail.com

²⁵¹ Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Campus Bauru. E-mail: ivete.baraldi@fc.unesp.br.

INTRODUÇÃO

Escolhemos para nossa pesquisa o interior de Mato Grosso, no Médio Araguaia, uma região carente de recursos educacionais e sociais, onde até os presentes dias encontram-se conflitos políticos e agrários. Tal escolha se deu devido à pesquisadora (primeira autora desse trabalho) ser oriunda da mesma e ter atuado como docente na localidade. A melhoria na educação e a formação de professores fez-se necessária devido ao fluxo migratório que se deu para a região, pessoas vinham de outros estados em busca de terras baratas e com promessas, por vezes, de gratuidade das mesmas. Como consequência, o número de escolas dos municípios desta região aumentou, faltando, devido a isso, profissionais qualificados para atuarem nelas.

Como em outras regiões do Brasil, esse aumento populacional foi intenso, principalmente a partir da década de 1940, por meio da “Marcha para Oeste” do governo de Getúlio Vargas. À época, famílias de lavradores e criadores de gado vindos do estado de Goiás, de estados das regiões Norte e Nordeste, entre outros estados, se instalaram nesta região, habitada até então por grupos indígenas das etnias Karajá, Xavante e Tapirapé. (CAMARGO, 1997).

Ainda, segundo Camargo (1997), o número de migrantes de outros estados foi crescendo gradativamente. No fim da década de 1960, início de 1970, houve um segundo fluxo, momento no qual instalaram-se grandes empresas agropecuárias, como a Suiá Missu (da Liquigás/Liquifar), Codeara (do Banco de Crédito Nacional), Tamakavy (do Grupo Silvio Santos) e outras. Nestes casos, a colonização se deu, principalmente, por empresas privadas e pela implantação de projetos de assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Além desses empreendimentos agropecuários, houve também incentivos financiados pelo Governo Federal, por meio do incentivo fiscal da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- Sudam (RELATÓRIO INAJÁ, 1991).

Muitas pessoas do Sul e Sudeste ouviram propagandas em rádio, jornal e televisão, que anunciavam oferta de terras baratas e facilidade com financiamentos para pagamento, o que favoreceu uma nova ocupação de centenas de famílias para a colonização agrícola. Esses sulistas que lá chegaram optaram em se instalar nos municípios que ficavam as margens da BR 158, com a intenção de crescimento comercial. Já os migrantes nordestinos

preferiram, em sua maioria, ficar nos municípios à beira do Rio Araguaia, deduzindo ser melhor para a pecuária e agricultura. (CAMARGO, 1997)

Com informações obtidas no Relatório Final do Inajá I, nota-se que a migração trouxe consequências para a região. O período foi marcado pela forma violenta que essas empresas se instalaram na região, iniciando conflitos pela posse de terra entre os posseiros, mulheres, índios, fazendeiros e agropecuaristas.

De acordo com Gentil (2002), os professores da região, em sua maioria, não possuíam qualquer formação e eram denominados como professores leigos. Os requisitos que exigiam para se ser professor era somente saber ler, escrever e fazer conta. Com esse crescimento populacional as escolas nos municípios na zona rural e urbana também aumentaram, ao ponto de em algumas cidades não se ter nem professores leigos.

Existiram várias tentativas de movimentos para melhoria na educação nos anos de 1980. Algumas foram barradas pelas autoridades políticas, pois, a Igreja estava à frente e, então, alegava-se que a Prelazia colocava a população contra aquelas. Isso aconteceu por vários anos, mas a população da região não desistia e acreditava que a luta pela mudança não seria em vão (CAMARGO, 1997).

Sendo assim, nessa oportunidade, esboçaremos alguns projetos que se destacaram e foram desenvolvidos na região com o apoio da Igreja Católica, para a melhoria da Educação, mesmo em meio aos conflitos que existiam pela região; dentre eles, apresentaremos o GEA (Ginásio Estadual do Araguaia) e o Inajá (Projeto para Formação e Habilitação de Professores leigos).

METODOLOGIA

Em nossa pesquisa usamos a História Oral como metodologia para escrever uma história sobre a formação de professores na região do Médio Araguaia. Trabalhamos com depoimentos produzidos por meio de entrevistas com alguns alunos e professores que estiveram presentes nesses movimentos para a melhoria da educação da região.

Chegamos a um primeiro colaborador por meio de leituras iniciais em trabalhos já realizados sobre a formação de professores na região, desse primeiro surgiram mais seis, uns indicando os outros. Denominamos em nosso grupo de pesquisa como critério de rede quando a escolha acontece assim.

Com alguns depoentes selecionados, iniciamos as entrevistas e, em seguida, passamos à transcrição. Este é um trabalho duro e em boa parte mecânico, pois para cada hora de entrevista gastamos várias horas para transcrevê-la: este é o momento em que transformamos o registro sonoro em texto.

O próximo passo é a textualização, que é a organização desses textos que constituímos, de modo a torná-los mais fluentes, para o entendimento de quem os irá ler. Ainda, temos o cuidado de inserir diversas notas para contextualizar o leitor sobre termos, nomes, localidades e outras informações que possam ser peculiares àquela narrativa.

Também, para o momento de análise e arremate do trabalho, fazemos o cotejamento entre fontes orais e demais fontes.

Fazemos o uso dessa metodologia no Grupo de História Oral e Educação Matemática – Ghoem, ao qual estamos inseridas. É um grupo interinstitucional composto por pesquisadores em diferentes momentos acadêmicos, envolvidos em alguns projetos como: “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil”.

O Mapeamento realizado no Ghoem mostra encontros e desencontros entre pensamentos e histórias sobre a formação de professores de matemática no Brasil. No mapeamento não se buscam peças que se encaixem perfeitamente umas as outras, como em um quebra-cabeça, que se encontram todas as peças para finalizar o trabalho. Sabemos que cada lugar e cada tempo possui suas especificidades. Sendo assim nossa pesquisa busca elaborar compreensões que dialogam com outras pesquisas já realizadas no Grupo sobre a Formação e Atuação de Professores de Matemática no Brasil.

A PRESENÇA DA IGREJA E CONFLITOS NO CONTEXTO REGIONAL DO MÉDIO ARAGUAIA

Bispo Pedro Casaldàliga, chamado pela população por Dom Pedro, chegou à região em 1968, tinha 40 anos, à época; veio da Espanha para o Brasil quando a congregação católica se renovava. A fim de renovar também sua vida, Dom Pedro resolveu ser missionário aqui no País e, em especial, atuar no nordeste mato-grossense, uma região que sofria muito com violentos conflitos de terra e abandono político. Ele viveu um ano e meio só viajando entre os municípios e tentando entender toda aquela luta de fazendeiros contra

posseiros e índios. Como é poeta, em meio às observações, sempre escrevia poemas a respeito do que estava vivendo. (CASTRO, 1984, p. 97)

Segundo Camargo (1997), desde que chegou à região, já via a necessidade de mudar aquela realidade educacional, mesmo sabendo que iria enfrentar vários empasses devido ao grande conflito de terra. Mas não se fez intimidado e acreditava que essa luta educacional seria tão importante quanto a luta pela terra. E contrariando alguns, criou o primeiro ginásio público na região.

Escribano (2000) aponta que, em apenas dois anos vivendo na região do Araguaia, o bispo já havia sido testemunha de várias brutalidades e violentos massacres contra aquele povo da região, decidindo assim denunciar publicamente os grandes latifundiários que escravizavam o “povo da prelazia”, como ele chamava todos os posseiros e índios. Escreveu um relatório denunciando a escravidão e exploração que eles sofriam, o bispo era julgado como comunista e sabia que essa denuncia poderia o levar a morte.

Como consta no Relatório Final do Inajá (1991), os posseiros tinham direito à terra após um determinado tempo em que estavam nela. Mas também foram expulsos por meio de força física, alguns assassinados por capatazes a mando das grandes empresas e agropecuárias. As companhias de colonização organizaram grupos armados, formados por matadores profissionais, contra índios e posseiros, com o intuito de defenderem, a qualquer preço, os seus interesses. A Codeara passou a planejar a cidade sem deixar com que os moradores se instalassem nela.

Essa era considerada a maior inimiga da população de Santa Terezinha, (MT), vivia em uma verdadeira guerrilha, homens armados derrubavam e queimavam casas, escolas, ambulatórios, sem deixar com que aqueles posseiros vivessem em locais que eles denominavam da empresa. Como tinha o Bispo Pedro que lutava em São Felix do Araguaia (MT), em Santa Terezinha (MT) o padre Jentel se colocava à frente dos posseiros lutando contra essa violência. (Escribano, 2000, p. 69).

A carência educacional era alarmante e exigia providências imediatas, a presença da prelazia se fazia constante nas discussões com a população, buscando resolver os principais problemas apontados.

Dentre os problemas principais, destacavam-se: a não distribuição equitativa das escolas do ponto de vista geográfico; a precária formação do professor; o elevado índice de analfabetismo; o grande número de crianças que permanecia fora da escola e a significativa evasão escolar. (Camargo 1997, p. 18-19).

Segundo Gentil (2002), o bispo Pedro Casaldàliga tinha uma equipe de seminaristas, que trouxe de Campinas/SP, para tentar melhorar a educação da região e conseguiram realizar cursos para alfabetizar aquela população tão carente de todos os recursos. Entre os cursos realizados, criou-se o primeiro ginásio da região na cidade de São Felix do Araguaia- MT, o GEA.

A EDUCAÇÃO NA REGIÃO

Com essa iniciativa da Igreja Católica, O GEA – Ginásio Estadual do Araguaia, teve seu funcionamento de 1970 a 1974, com três turnos. Não existia ajuda financeira do estado e o ginásio foi mantido pela Prelazia e por amigos de Dom Pedro que enviavam recursos da Espanha.

Ainda, conforme Gentil (2002), a primeira turma formou 18 alunos e esses logo foram selecionados e convidados a assumirem salas de aulas de primário e para alfabetização de adultos e os seminaristas faziam uma preparação a mais com eles, para assim tentar amenizar a situação da carência de professores existente em toda região. Na Figura 1, a primeira turma que se formou no GEA.

Figura 1: Formatura da Primeira Turma do GEA.



Fonte: Prefeitura de São Felix do Araguaia-MT. Disponível em <www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br>. Acesso 5 ago. 15.

Em 1973, muitas ameaças foram feitas ao diretor do GEA que, junto ao Dom Pedro, tentava seguir com o curso, mas em determinado tempo ficou insustentável mantê-lo e foram forçados a fechar o curso. (Gentil, 2005, p. 178).

As atividades do GEA foram suspensas, foram presos agentes, professores, pessoas do povo; alguns sumiram durante certo tempo sem notícias. Houve muita violência, tortura e mais prisões. Mas outras escolas voltaram a funcionar e o trabalho de formação da Igreja local não terminou por causa da repressão. (GENTIL, 2005, p. 178).

Também aconteceu o Projeto de Ensino de Ciências e Matemática nos Contextos Indígenas, Urbano e Rural, nos anos de 1985 a 1990. A iniciativa se deu pelas prefeituras municipais e assessoria da Unicamp, com a intenção de oferecer uma fundamentação teórica às práticas educacionais existentes e propor novas ações, tomando como ponto de partida a realidade onde os alunos estavam inseridos. Na Figura 2 abaixo, podemos ver alunos e professores em frente à Igreja em São Felix do Araguaia. Das reflexões oriundas deste Projeto, surgiram as ideias para um novo projeto: o Inajá. (RELATÓRIO FINAL INAJÁ, 1991, p.11).

Figura 2: Alunos e professores do Projeto de Ensino de Ciências e Matemática nos Contextos Indígenas, Urbano e Rural.



Fonte: Acervo da Secretária da Prelazia de São Felix do Araguaia.

O Projeto Inajá, como consta em seu Relatório Final, surgiu em 1987 como uma alternativa para resolver os graves problemas da educação, de forma adequada à realidade local. Foi aplicado pela primeira vez, entre 1987 e 1990, nos municípios de São Felix do Araguaia, Canarana, Santa Terezinha e Porto Alegre do Norte. A formação de professores era trabalhada pelas Secretarias Municipais de Educação e foi assumida pelo NIMEC (Núcleo Interdisciplinar para Melhoria do ensino de Ciências), quando também a Secretaria Estadual se juntou às Secretarias Municipais. No Inajá I, 189 professores leigos foram matriculados, dos quais 124 concluíram o Projeto. Entre os alunos havia professores da zona rural, urbana e indígenas da aldeia Tapirapé. Este Projeto contou com 17 monitores nos municípios envolvidos. O corpo docente com 25 professores, em sua maioria da Unicamp, atuando diretamente junto ao professor/cursista nas diferentes áreas de conhecimento, durante as etapas intensivas.

Foram realizadas seis etapas intensivas e aconteciam durante as férias de janeiro e julho. Nelas, os docentes da Unicamp vinham ao município e trabalhavam com os cursistas, a partir da reflexão sobre o conhecimento que ele já possuía, e iam introduzindo gradativamente o conteúdo específico que estava no currículo. Aconteceram também as etapas intermediárias que eram entre as etapas intensivas, sempre nos municípios sob a orientação de cada monitor local, com a intenção de melhor atender os cursistas.

O principal objetivo do projeto era capacitar e habilitar professores leigos que estivessem atuando em salas de aula, dando prioridade aos da zona rural e aos indígenas. Capacitar no sentido de que ele pudesse transformar sua prática educativa, desde o início da sua participação no projeto (RELATÓRIO INAJÁ, 1991). Na Figura 3 abaixo, alguns professores e alunos deste projeto.

Figura 3 – Alunos e professores do Projeto Inajá na cidade de São Felix do Araguaia-MT.



Fonte: Acervo da Secretária da Prelazia de São Felix do Araguaia.

Segundo Strentzke (2011), se não fosse o apoio da Prelazia provavelmente não seria possível a concretização do Projeto Inajá. A Prelazia contribuiu cedendo o Centro Comunitário, tanto na cidade de São Felix do Araguaia quanto em Santa Terezinha. E tanto Dom Pedro quanto as outras pessoas da Prelazia sempre iam visitar os cursistas durante as aulas. Como ilustramos na Figura 4 abaixo.

Figura 4 – Visita de Dom Pedro aos cursistas em Santa Terezinha.



Fonte: Acervo da Secretária da Prelazia de São Felix do Araguaia.

Segundo Camargo (1997), o Projeto Inajá além de qualificar o professor ainda buscava prepará-lo para trabalhar com alunos de classes sociais diferenciadas, mostrando como trabalhar em sala de aula a realidade deles.

Tal perspectiva justificou a opção por uma metodologia de trabalho que permitisse uma abordagem integrada do mundo percebido pelo aluno visando evitar a fragmentação do conhecimento e respeitar as diferentes formas de ver e ler este mundo, próprias de professores, de alunos, e de outros grupos sociais ou culturais. (CAMARGO, 1997, p.31).

Como ressalta a autora, as pessoas envolvidas sabiam que não seria fácil nem para os cursistas nem para os professores que vinham da Unicamp, mas que tudo isso seria necessário para melhorar o contexto educacional da região.

Não foi fácil para os professores da Unicamp que chegavam até aquela região e se verem sem infraestrutura até mesmo a básica como: energia, água encanada e telefone. Mas não foi motivo para abandonar o projeto, era uma realidade que os cursistas tratavam com naturalidade enquanto era uma experiência única para os professores paulistas. Em contrapartida a essa realidade, os professores resolveram na última etapa levar os cursistas

até a universidade na cidade de Campinas-SP, uma experiência também única para aqueles. Na figura 5 mostramos os alunos embarcando no ônibus em São Felix do Araguaia-MT, rumo a Campinas-SP.

Figura 5 – Viagem a Unicamp em Campinas em Setembro de 1990.



Fonte: Acervo da Secretária da Prelazia de São Felix do Araguaia.

Camargo (1997) relata que a viagem foi de muito entusiasmo e os alunos precisavam anotar ou fazer desenhos de tudo o que viam pelo caminho; uma viagem de mais de 2000 km de distância, sendo alguns daqueles nunca tinham saído da região do Araguaia.

A preparação da viagem foi acompanhada de muito entusiasmo. Reconstituímos com eles a origem, o desenvolvimento e a história do território paulista e o perfil da região. Através de diferentes mapas construímos o itinerário a ser percorrido, tanto na ida quanto na volta. Um roteiro de observação foi sugerido a todos (CAMARGO, 1997, p. 134).

Ainda, segundo a mesma autora, aquelas anotações ou desenhos não puderam ser analisados sem que o contexto emocional estivesse presente, pois, a cada relato ou desenho o cursista mostrava toda sua emoção em poder viver aquela experiência na visita que fizeram a Unicamp.

CONCLUINDO...

Com todos os movimentos feitos para a melhoria da educação na Região do Médio Araguaia, podemos observar que, em nossa pesquisa, foi de grande valia, mas baseado em estudos e entrevistas que realizamos ainda se faz presente a carência de professores, pois muitos ainda atuam somente com o ensino médio completo.

Fica-nos evidente que, de todas as mudanças que existiu na educação da região, o Projeto Inajá foi muito importante, impulsionando outros tantos projetos, que ainda se fazem presentes nos dias atuais, como por exemplo as Licenciaturas Parceladas.

Por fim, também observamos que, embora várias décadas já se foram, os conflitos entre fazendeiros e posseiros continuam, inclusive com mortes, embora com menor intensidade que antes.

Com o nosso trabalho de pesquisa, cujo nos possibilitou apresentar esse recorte, acrescentamos mais alguns elementos sobre a história da formação de professores no Brasil, em específico, de professores de Matemática, numa região tão peculiar.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, D. M. P. **Mundos Entrecruzados:** Formação de Professores Leigos. Campinas: Alínea, 1997.

CASTRO, M. **64:** Conflito Igreja X Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

GENTIL, H. S. **Formação Docente:** No balanço da rede entre políticas públicas e movimentos sociais. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faced/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

GENTIL, H. S. **Identidades de Professores e Rede de Significações:** configurações que constituem o “nós, professores”. 2005. 302 f. Tese (Doutorado) – Faced/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PROJETO INAJÁ, **Relatório final e anexos.** Cuiabá, 1991.

STRENTZKE, I. **Inajá homem-natureza e geração tucum:** uma análise da proposta pedagógica de 1987 a 2000. 2011 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT, Cuiabá, 2011.

ESCRIBANO, Francisc. **Descalço sobre a terra vermelha.** São Paulo: Editora Unicamp, 2000.